

AGRICULTURA BRASILEIRA

Globalização e Integração no Mercosul

*José Sidnei Gonçalves**

GLOBALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DAS NAÇÕES

A discussão sobre globalização e integração econômica nem sempre deixa claro alguns aspectos relevantes que provocam decorrências internas expressivas no campo do ajustamento das economias e os efeitos sociais desse processo. **O primeiro aspecto** é que as nações são diferentes não apenas no seu potencial econômico mas quanto à sua força geopolítica. Dessa maneira uma economia continental como a brasileira, concorrente em potencial da norte-americana, terá tratamento e sofrerá impactos distintos da globalização que os verificados no caso chileno onde optou-se por um caminho de complementaridade em relação aos Estados Unidos. **O segundo aspecto** decorre de que a globalização, e inserido nela o discurso neoliberal de eliminação da proteção às produções nacionais, ocorre numa situação onde os maiores exportadores mundiais são também os maiores importadores mundiais fazendo com que a Rodada Uruguai do GATT tenha sido nada mais que um ajuste de contas entre as pressões norte-americanas e européias, as maiores potências econômicas, e também agrícolas, do globo. Tanto assim que os subsídios agrícolas de ambas as economias passam a ser permitidos pelas regras vigentes no comércio internacional, na mesma medida que coíbem a intenção de outras nações em seguir movimentos semelhantes. **O terceiro aspecto** reside no fato de que o mercado internacional não corresponde ao ideal liberal de concorrência perfeita pois para qualquer produto importante transacionado pode-se citar um conjunto de máximo meia dúzia de empresas que respondem por mais de dois terços das ven-

das realizadas. São empresas multinacionais com o apoio explícito dos países de origem nas suas pressões sobre as diversas nações que atuam nesse mercado como compradoras e/ou vendedoras. Numa palavra, torna-se fundamental entender que o grande cassino internacionalizado representado pelo capital volátil também interfere diretamente nas condições de negócios e nas possibilidades de inserção de cada nação no mundo globalizado, e nesse cassino, vale o poder econômico que impede apostas vencedoras contra a banca.

Por seu lado, a integração das nações em blocos econômicos corresponde à procura de juntar-se poder para responder aos desafios de inserir-se soberanamente na globalização. Em resposta a uma economia norte-americana de US\$ 7 trilhões de produto nacional, a União Européia (UE) forja um enorme bloco de economias para também atingir US\$ 7 trilhões de produto nacional e contrapor-se ao poderio dos Estados Unidos. Mas há blocos e blocos, pois o Brasil inserido no MERCOSUL forma a integração num conjunto de economias que sequer atingem US\$ 1 bilhão de produto nacional, ainda assim com assimetrias econômicas e sociais enormes dentro e entre as nações envolvidas. Não é preciso ir muito além para concluir que se trata, no caso dos países do Cone Sul, da procura de juntar forças, mas com poderio profundamente assimétrico em relação aos blocos formados pelas economias desenvolvidas. Noutros termos, o MERCOSUL nasce como uma necessidade de agrupamento das nações vizinhas para inserir-se em condições melhores no processo de globalização.

Entretanto, os interesses não são sempre compatibilizáveis pois cada nação man-

tém relação própria e também assimétrica com as nações capitalistas desenvolvidas, em especial os Estados Unidos da América. Disso surgem disputas comerciais entre países do bloco, como é o caso da importação de trigo pelo Brasil que privilegiou os EUA, tendo como resposta a compra de carne suína norte-americana pela Argentina, em troca de cítricos, os quais o Brasil exporta. Outra questão está na harmonização das políticas macroeconômicas e nas regras do processo de transição o que penaliza de forma drástica a agricultura brasileira favorecendo a Argentina, pois esta aproveitou-se da abertura do mercado brasileiro de algodão em pluma mas mantém fechado seu mercado de açúcar. *Numa palavra, a integração das economias dos países do Cone Sul enfrenta obstáculos muito expressivos para se conformar como uma realidade plena, entretanto esses que vão desde interesses antagônicos até os decorrentes das políticas macroeconômicas desarmonizadas. Mas de qualquer maneira, crescem de forma significativa as trocas comerciais dentro do MERCOSUL.*

AGRICULTURA BRASILEIRA E MERCOSUL: BALANÇA COMERCIAL NEGATIVA

A integração da agricultura brasileira no MERCOSUL deu-se em época concomitante com a abertura econômica nacional praticada com ritmo acelerado nos anos 90. Os efeitos desse processo sobre a realidade interna foram expressivos, impactando diretamente os agropecuaristas e os trabalhadores do campo. **O primeiro aspecto** a ser destacado corresponde à verdadeira importância da agricultura, entendida como um conjunto



Foto: Antonio Garcia Peres

de cadeias de produção na totalidade da economia brasileira. Para isso é fundamental entender que a agricultura moderna inicia-se na produção de insumos e máquinas (sementes, tratores, adubos e agrotóxicos), passa pela produção agropecuária (atividade na terra) e alcança as agroindústrias processadoras (usinas de açúcar e sucos cítricos), para atingir as estruturas comerciais (atacado e supermercados). No Brasil, de toda riqueza nacional medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) que totalizou US\$ 803 bilhões em 1997, a agricultura contribuiu com 37,4% alcançando US\$ 300 bilhões sendo o mais importante segmento econômico, embora a agropecuária tenha gerado apenas US\$ 64 bilhões. Isso quer dizer que para cada duas unidades de riqueza geradas na roça, a multiplicação da agricultura moderna faz

surgir outras oito unidades nos seus outros segmentos. *Por isso é importante ter claro que a agricultura é o principal setor econômico de economias continentais como a brasileira e a norte-americana e que, realizar o processo de industrialização nessas realidades é industrializar suas agriculturas, sendo o que ocorreu no Brasil desde os anos 60.*

O segundo aspecto está no emprego, pois da população economicamente ativa (PEA) brasileira do ano de 1995, composta de 74,1 milhões de trabalhadores, o total com ocupação atingia 69,6 milhões em função do desemprego de 6,1% que alcançava 4,5 milhões de pessoas. Das pessoas que estavam empregadas, o número de 18,1 milhões, o que corresponde a 26,1%, labutavam na roça, ou seja, obtinham seu sustento nas propriedades rurais. Quando

se soma o emprego nos demais segmentos da agricultura moderna compostos pelos insumos, máquinas, agroindústrias e estruturas comerciais, o emprego atinge 32,7 milhões de pessoas, o que significa 46,9% da PEA brasileira. *Por essa razão é que, numa economia carente de empregos a agricultura representa um setor estratégico pela sua importância atual na ocupação de mão-de-obra e na sua capacidade de gerar empregos para uma imensidão de trabalhadores desqualificados a custos baixos pois, para gerar um emprego nos demais setores da economia precisa-se adicionar US\$ 13,2 mil no PIB, enquanto que na agropecuária são precisos somente US\$ 4,2 mil.*

O terceiro aspecto está na relevância da agricultura brasileira na geração de divisas. O Brasil está vivendo uma situação dramática na balança comercial que em 1997 registrou um déficit de US\$ 8,5 bilhões, pois exportou US\$ 52,9 bilhões e importou US\$ 61,4 bilhões. Entretanto, a situação seria muito pior se a agricultura brasileira não fosse um setor forte e competitivo pois separando-se a balança comercial da agricultura, obtém-se um superávit de US\$ 12,8 bilhões com a exportação de US\$ 21,0 bilhões e uma importação de US\$ 8,2 bilhões. *Portanto, sem a agricultura a balança comercial brasileira teria um déficit estrondoso de US\$ 21,3 bilhões, com o que deve-se ter claro que, mesmo tendo se industrializado, o Brasil tem na agricultura sua principal fonte de receitas de exportação com cerca de 40% das vendas externas, sendo que nela, portanto, deva se basear a recuperação das contas externas.* Fica claro por esses aspectos que a agricultura corresponde ao principal setor da economia brasileira e que as transformações da economia nacional nas últimas décadas reforçaram, ao invés de reduzir essa importância, pois de **primário exportador o Brasil se transformou em agroindustrial exportador.**

Muito embora esse fato seja notório, a integração da economia brasileira no MERCOSUL não observou esse aspecto pois os negociadores nacionais, governamentais ou privados, tiveram uma atitude de desconsideração no tocante a relevância da agricultura na realidade nacional, comportando-se como potência industrial

quando na verdade se constitui em país emergente com agricultura exportadora moderna, em New Agricultural Country (NAC). Tanto assim que o saldo da balança comercial brasileira que atingiu superávit de US\$ 2 bilhões em 1993, reverteu para uma condição de déficit crescente que atingiu US\$ 1 bilhão em 1996. Esse desempenho decorre diretamente da balança comercial da agricultura, deficitária em todos os anos da década de 90, mas cujos valores negativos aumentam de US\$ 1 bilhão em 1993 para US\$ 2,8 bilhões em 1996. Apenas as frutas frescas contribuíram com 160 milhões do déficit de 1996, sendo que as aquisições de algodão em pluma representaram US\$ 237 milhões do saldo negativo. No caso do algodão, as compras da Argentina foram incrementadas com o sucateamento da produção brasileira levando a perda de cerca de 270 mil empregos, o que revela a dramaticidade em termos sociais desse processo. *Assim, fica muito nítida a situação de que a agricultura brasileira levou desvantagem expressiva na integração econômica no MERCOSUL não tendo conseguido introduzir produtos em que sua força competitiva mostra-se elevada como o açúcar e o suco cítrico, ainda protegidos no mercado argentino, ao mesmo tempo em que ampliou as compras de algodão e frutas. Esse quadro exige uma postura diferenciada das autoridades brasileiras no sentido de estancar a perda de emprego e renda e, principalmente, de destruir possibilidades futuras como seria a produção nacional de frutas frescas.*

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NUMA AGRICULTURA HETEROGÊNEA

A agricultura brasileira configura-se como um mosaico de disparidades em todos os planos possíveis de análise: produtivo, social e regional. A abertura do mercado brasileiro na medida em que o País ingressa nas regras de concorrência do mundo globalizado e integra-se com outras nações na consolidação do MERCOSUL, acaba impondo um processo de ajustamento na agricultura que de maneira alguma se configura como neutro. A integração em blocos econômicos,

tal como a globalização no seu todo, representa a redução drástica de barreiras ao comércio, notadamente no caso brasileiro que nos anos 90 realizou esse processo de forma abrupta sem adotar mecanismos básicos de salvaguarda de seus setores produtivos. Os produtos da agricultura enfrentam, dessa maneira, a concorrência globalizada em todos os seus mercados, incluindo o interno e não apenas o de exportação. *Em função disso, normas, procedimentos, custos de produção e custos de transação passam a ser determinados no mercado global, reduzindo significativamente a autonomia dos mercados nacionais. Numa economia de padrões produtivos apresentando enormes disparidades o ajustamento elimina as chances de sobrevivência de contingentes expressivos de agropecuaristas.*

O exemplo mais dramático corresponde ao caso do algodão em pluma. A cotonicultura brasileira meridional originou-se do colonato do café e da colonização das terras do Norte e Extremo Oeste do Paraná. Eram pequenos produtores que cultivavam algodão com participação da família, envolvendo plantio em torno de dez hectares, colhidos manualmente e vendidos como algodão em caroço para as beneficiadoras que transformando em pluma abasteciam a agroindústria têxtil. Sustentado em políticas públicas ativas que iam desde a pesquisa agropecuária, incluía a venda de sementes de variedades nacionais e envolvia a fiscalização rígida de todo processo para monitorar problemas fitossanitários, o Brasil chegou a posição de um dos mais importantes exportadores mundiais. A proteção do produto nacional era assegurada pela taxação do produto estrangeiro em 55%, o que tornava proibitivas as importações. Em 1989 todo esse aparato foi desmontado e em 1997 o Brasil já era a maior nação mundial em importação de algodão em pluma, comprando no exterior cerca de 60% das necessidades nacionais. *Essa política de abertura na era de mercados globalizados promoveu um ajustamento interno que reduziu a produção interna de 850 mil toneladas para 300 mil toneladas, tirou do campo cerca de 67 mil pequenos cotonicultores e sucateou cerca de 600 mil empregos. Isso porque ao abrir-se abruptamente*

as comportas do mercado de pluma de algodão, a invasão do mercado interno deu-se como uma poderosa avalanche.

Mas o algodão nacional acabou? Não, retoma-se agora a produção em outras bases, mas que de maneira alguma conduzirão a uma volta ao passado. **Primeiro** é preciso dizer que foram as pressões urbanas, inclusive de trabalhadores organizados, face aos elevados custos dos vestuários, que sustentaram essa política de abertura pois os ganhos de produtividade da produção de pluma não foram repassados aos consumidores. **O segundo ponto** representa a realidade da cotonicultura em que conviviam produtores que conseguiam 30 arrobas por hectare a custos em torno de R\$ 7,00 por arroba, em lavouras de 10 hectares com colheita manual e outros 200 arrobas por hectare a custos de R\$ 5,00 por arroba em lavouras de 1000 hectares com colheita mecânica. Essa heterogeneidade no processo de abertura levou à diminuição expressiva dos cotonicultores de 10 hectares pois os custos e a renda obtida não permitiam a sobrevivência e o sustento das famílias. Os grandes agora expandem suas áreas no Norte Paulista e Brasil Central. **O terceiro aspecto** consiste no fato de que as compras de algodão no mercado internacional são feitas a juros de 6% ao ano e prazos de financiamento comercial de até 420 dias. Com isso, a indústria têxtil pode fabricar tecidos e roupas com algodão importado sem onerar-se em capital de giro, pois compra, processa e vende o produto final para depois pagar a importação, em condições muito mais vantajosas que as existentes no mercado interno de 40% de juros ao ano. Como as agroindústrias têxteis que têm cadastro internacional são as grandes empresas, houve um intenso processo de concentração do capital, com muitas pequenas fábricas fechando as portas. *Os preços dos têxteis aos consumidores brasileiros tornaram-se menores, mas à custa de imenso desemprego no campo e na cidade, ou seja, com elevado custo social frente à reestruturação produtiva numa agroindústria heterogênea.*

Esses fatos verdadeiramente dramáticos numa economia carente de oportunidades escondem outro aspecto relevante:

quem foram os países beneficiados? Basicamente a Argentina e os Estados Unidos e, em ambos os casos as companhias norte-americanas que dominam o mercado internacional de grãos e fibras. Os Estados Unidos como maior produtor e exportador mundial de algodão, com estrutura de produção e logística eficiente, além dos subsídios à produção e exportação. Mas como está-se tratando aqui do MERCOSUL, o caso argentino mostra-se emblemático. A Argentina, que no passado produzia volumes reduzidos de pluma na Província de Formosa, atualmente produz mais de 420 mil toneladas na moderna e nova zona algodoeira da Província do Chaco, sendo um dos maiores exportadores mundiais destinando seu produto principalmente para o mercado brasileiro. Dessa maneira o algodão portenho aproveitou-se significativamente da integração econômica e da abertura do mercado interno, expandindo sua estrutura de elevada produtividade. Mas internamente ao Brasil também ocorreu e vem se aprofundando processo semelhante com as grandes lavouras mecanizadas de algodão do Brasil Central crescendo em área e produção na mesma medida em que o algodão herbáceo dos pequenos produtores de São Paulo e Paraná e o algodão arbóreo do Nordeste, perdem expressão. *Noutras palavras, a globalização associada à integração econômica afeta duramente a estrutura produtiva de economias heterogêneas, induzindo o aumento de escala e a mecanização, na mesma medida em que diminui o número de produtores e o nível de emprego.* Isso vale para todos os grãos e fibras, como o arroz sul-riograndense que avança para a Argentina, o feijão preto que é importado da Província de Salta nesse mesmo país, as frutas frescas do Uruguai, Chile e países do Hemisfério Norte. Até o coco verde, para vender água de coco para turistas nas praias nordestinas, não é o coco da Bahia ou de Segipe, mas das Filipinas.

INTEGRAÇÃO E EXACERBAÇÃO DO CANIBALISMO GEOGRÁFICO

Os efeitos da reestruturação produtiva decorrente da integração em blocos econômicos e da globalização são expressivos sobre a estrutura social interna indu-

zindo grandes fluxos de movimentação de renda e de pessoas. As mensurações da profundidade desse processo são muito parciais pois muitos dos migrantes não se destinam a serviços no próprio setor agropecuário. A agricultura em economias continentais consiste no setor que irradia o processo de transformação por amplas áreas do território, e no capitalismo, o que irradia o progresso leva com ele as contradições sociais que lhe são inerentes. Ressalte-se que a migração das lavouras e criações consiste em aspecto parcial da migração da agricultura pois há mudança geográfica dos serviços e das agroindústrias associadas, que progressivamente também migram para os novos eldorados. *Mais grave quando se sabe que essa migração esconde um profundo processo de ajustamento estrutural deixando sem opções levas de pequenos e médios lavradores cujas limitações de escala face ao incremento da mecanização acaba determinando o abandono das atividades mais dinâmicas e lucrativas, levando-os a outras atividades como mera fonte de sobrevivência ou êxodo rural.*

No Brasil a agricultura apresenta a característica de atividade itinerante com a constante abertura de novas terras sem concretizar-se opções para as zonas velhas. Movido à especulação fundiária e incentivos fiscais e creditícios, esse canibalismo geográfico reproduz uma situação em que as frentes de expansão são sempre renovadas como novos eldorados, mas na retaguarda ficam a decadência e as terras degradadas das zonas velhas. O cara já esteve no Nordeste, está em São Paulo e amanhã talvez em outro endereço. O café, que esteve no Rio de Janeiro, no Vale do Paraíba paulista, passou por Ribeirão Preto, pela Alta Paulista, Norte do Paraná e no momento tem como terra prometida o Cerrado Mineiro. Ao mesmo tempo que Ribeirão Preto encontrou na cana para indústria uma nova fonte de renda e o Norte do Paraná na soja, conformando como exceções que confirmam a regra do canibalismo geográfico, o Vale do Paraíba e a Alta Paulista até hoje apresentam uma agricultura precária. O algodão sai do Pontal do Paranapanema, do Paraná e do Seridó e caminha para o Centro-Oeste deixando vazios econômicos, indo para o mesmo

Brasil Central que um dia seria o celeiro nacional de arroz, numa tentativa fracassada pois a rizicultura mais forte do Brasil está no Rio Grande do Sul. A Zona da Mata Pernambucana perde suas lavouras de cana mas a produção de frutas e grãos irrigados decorre da lavoura intensiva em capital dos polígonos irrigados no Oeste Baiano, Sul do Maranhão e Vale do São Francisco.

As lavouras do Brasil Central aumentaram a área em 4 milhões de hectares nos anos 90, numa realidade em que a área total nacional de lavouras reduziu-se de 51 milhões para 48 milhões de hectares, do que se deduz que as demais regiões perderam 7 milhões de hectares cultivados no mesmo período, ou seja, uma área superior a toda área de lavoura paulista, incluindo a cana. E todas essas mudanças exigem recursos públicos para aplicação em infraestrutura que acabam valorizando as terras das grandes propriedades compradas por valor reduzido ou simplesmente ocupadas à força, além do enorme volume de recursos consumidos em incentivos fiscais e subsídios creditícios. *Num país em que não há recursos para políticas sociais básicas abre-se mão de receitas públicas e gasta-se fortunas para construir aquilo que já existe e está sendo sucateado precocemente nas velhas regiões de lavouras. E pior, penalizando muitos pequenos lavradores e beneficiando poucos, numa clara declaração de incapacidade de realizar o desenvolvimento sustentável, econômica e socialmente. A ocupação de novos territórios é importante para o desenvolvimento nacional, desde que incorpore ao processo de desenvolvimento a imensa massa de excluídos e, quando isso for necessário em termos da produção nacional, realizando esse processo de forma planejada. Nunca com base em políticas que em nome do desenvolvimento regional privilegia grandes grupos e grandes proprietários, e estimula-se o canibalismo geográfico, criando novas zonas de dinamismo de curta vida útil e deixando para trás um rastro de decadência com miséria e pobreza.*

** José Sidnei Gonçalves é Engenheiro Agrônomo, Doutor em Ciências Econômicas e Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.*